

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITARIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME I

XLIII

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. Eurípedes Simões de Paula.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

O TRABALHO NAS FRENTES PIONEIRAS (*).

CORCINO MEDEIROS DOS SANTOS

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP).

1. — INTRODUÇÃO: OS PRECURSORES.

Ao realizar a penetração na direção dos planaltos ocidentais encontraram os índios. Os contactos entre índios e pioneiros foram quase sempre violentos. O grupo mais importante era o guarani, às vezes designados por cayuá. Estavam instalados na bacia do Paraná e ao sul do Tietê. Os tupiniquim que tinham adotado a língua guarani habitavam mais a oeste (1).

Os chavantes, mais dispersos, possuíam alguns grupos na Alta Sorocabana atual. Os caingangos, designados também coroados a partir da segunda metade do século XVIII se distribuíam pelos planaltos paulistas. No final do século XIX, os coroados se encontravam no vale do Tietê e no começo do século atual cinco pequenos grupos se encontravam no espigão divisor dos rios do Peixe e Aguapeí (Feio), ocupando inclusive terras do atual município de Tupã (2).

O primeiro desbravador dos sertões do Paranapanema foi José Teodoro de Souza que em meados do século XIX, saiu de Pouso Alegre, Minas Gerais para a Província de São Paulo. Poderíamos dar-lhe a designação de “Bandeirante em regresso”, pois segundo se presume pertencia a velhas estirpes taubateanas (de Taubaté), cujas bandeiras se deslocaram no século XVIII para as áreas de mineração que, posteriormente receberam a denominação de “Minas Gerais”.

José Teodoro de Souza passando por Mogi Mirim fazia de regresso o caminho que os bandeirantes palmilharam na direção das Mi-

(*) . — Comunicação apresentada na 3ª sessão de estudos, Equipe A, no dia 8 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*).

(1) . — Monbeig (Pierre), *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Librairie Armand Colin, Paris, 1952, p. 112.

(2) . — Monbeig (Pierre), *op. cit.*, p. 113.

nas Gerais e das minas de Goiás através do Triângulo Mineiro. Daí, tomando outra direção atingiu Botucatu de onde passou pelas vertentes do Rio Pardo, atravessou os campos de Lençóis e São Domingos e chegou às margens do Rio Turvo, no lugar onde mais tarde surgiu a Vila de São Pedro do Turvo (3). Continuou sua penetração pelos campos com seus acompanhantes até às barrancas do Rio Pari. Aí limitou sua primeira posse e continuou até o Ribeirão da Figueira, além da foz do Tibagi. Havia caminhado cêrca de 25 léguas. Satisfeito, regressou a Botucatu para registrar sua posse (4).

Possuidor de extensas áreas voltou a Minas para recrutar gente para povoá-las. Não era uma empresa fácil e êle começou por convencer a parentela. Assim regressa com numerosa família (cunhados, genros, irmãos, filhos, agregados e escravos), além dos amigos que conseguiu convencer.

Esse punhado de bravos, numa organização de caráter familiar patriarcal, como o fôra outrora algumas bandeiras, chega às margens do Rio Turvo e funda o núcleo povoador denominado São Pedro do Turvo. Na margem esquerda do Rio Turvo, com a sua gente, fundou outro povoado que deu o nome de São José do Rio Nôvo. Pouco curou êsse povoado. Os índios o atacaram e destruíram logo após sua fundação. Os seus habitantes não desanimaram, retiraram sob a chefia de José Teodoro, desceram margeando as cabeceiras do Rio Nôvo e reergueram sua povoação em lugar que oferecia maior segurança e melhores possibilidades de defesa. Aí, o patriarca José Teodoro, como que invocando a proteção divina fêz a doação de um terreno para uma capela em tôrno da qual se desenvolveu o povoado (5). São José do Rio Nôvo, depois São José dos Campos Novos, Campos Novos do Paranapanema, outrora próspera cidade, é atualmente a decadente Campos Novos Paulista (6). Administrativa e judiciariamente essa região tôda pertenceu primeiramente à comarca de Lençóis. Passou-se depois para o têrmo de Santa Cruz do Rio Pardo e a seguir para a comarca de Campos Novos. No plano eclesiástico, tôda ela pertenceu à paróquia de São João do Rio Verde, hoje Itaporanga. Nessa paróquia, muitos títulos de posse de terras foram registrados, como se vê do referente à "Fazenda Pirapó — Santo Anastácio", levado à

(3). — Abreu (Diores Santos), *Formação Histórica de Uma Cidade Pioneira: Presidente Prudente*. Tese de doutoramento, inédito, p. 19.

(4). — Abreu (Diores Santos), *op. cit.*, p. 20.

(5). — Escritura de doação — Livro de Transcrição de Transmissões — nº 3 "1" fols. 142 — Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Agudos.

(6). — Quadro Demonstrativo do Desmembramento das Comarcas — 5ª ed., 1953, p. 79.

anotação em 1856 por Antônio Gouveia perante o pároco Frei Pacifico do Monte Falco. Foi o mesmo que fêz anteriormente José Teodoro ao registrar sua grande posse perante o vigário de Botucatu (7). Trazendo seus familiares e seus conterrâneos, foi alienando as sortes de terra em que dividiu sua grande gleba (8). Esses povoadores mineiros se dedicavam a uma atividade de subsistência. O café que já fazia grandes fortunas em São Paulo, era na época impraticável devido à distância e a grande dificuldade de transportes.

“Além de pequenas lavouras de feijão, milho, arroz, batatas e mandioca para o consumo, a principal atividade econômica dos pioneiros vindos de Minas Gerais foi a criação. Os animais eram soltos no campo aproveitando-se da vegetação natural. Os porcos que eram os mais lucrativos, cevavam em roças de milho plantadas pelos seus proprietários que depois os conduziam em rebanhos a Lençóis, Botucatu e até Sorocaba” (9) (10).

Com a Guerra do Paraguai a imigração de mineiros para São Paulo iniciada por José Teodoro recebe novo alento. Os que recebiam ser incluídos nas listas do recrutamento ausentaram-se para bem longe, para o mato. Nessa época repercutia cada vez mais a fama do longínquo Paranapanema. Para lá encaminharam-se várias famílias. Procediam de Pouso Alegre, Caracol, Machado, Cabo Verde, Alfenas, Carmo da Escaramuça, Campestre, Botelhos, São Joaquim da Serra Negra, Carmo do Pauso Alto, Christina, São João do Jacuy, Itajubá, Cambuy, São José do Paraíso, Ouro Fino, São Gonçalo do Sapucahy, Passos, Vila Nova de Rezende e Jacuhy (11).

No decorrer dos anos seguintes ao término da referida guerra a corrente de imigrantes mineiros continuou.

Já em 1872 um deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo declarava que apenas 20% da população dos municípios de Pinhal, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Franca, Batatais, Cajuru, São Simão e Casa Branca eram paulistas (12).

*

(7). — Cobra (Amador Nogueira), *Em Um Recanto do Sertão Paulista*, São Paulo, 1923, p. 24.

(8). — Pública Forma de escritura de compra e venda registrada no livro nº 9 às folhas 14 verso a 16 — Cartório de Santa Bárbara do Rio Pardo.

(9). — Abreu (Diores Santos), *op. cit.*, p. 28.

(10). — Nos autos civis do inventário dos bens deixados por Manoel Pereira Alvim registrados no Tabelião de órfãos da Vila de Campos Novos do

(11). — Cobra (Amador Nogueira), *op. cit.*, p. 44.

(12). — Monbeig (Pierre), *op. cit.*, p. 116.

2. — IMIGRAÇÃO EUROPÉIA.

Durante todo o período colonial, a produção brasileira se baseava no trinômio “latifúndio-monocultura-escravidão” ou no binômio “senhor-escravo”, mas a partir do último quartel do setecentismo a instituição começa a manifestar os primeiros sintomas de desagregação. No final desse século as transformações econômicas sociais e políticas por que passa a Europa são visíveis e têm repercussão no Brasil. As estruturas tradicionais manifestam os primeiros sintomas de desmoronamento. Algumas instituições são questionadas. Esse processo tem início quando o desenvolvimento econômico assinala a transformação do mercantilismo em liberalismo, configurando o quadro conhecido como revolução industrial.

As exigências do processo capitalista se manifestavam em duas direções: abertura das colônias ao comércio internacional e a eliminação do trabalho escravo. O primeiro objeto foi conseguido sem maiores dificuldades, uma vez que havia comunhão de interesses. A associação entre a classe dominante e a metrópole se transformou em associação entre a classe dominante e a burguesia industrial. Quando isto ocorreu, o processo de independência atingiu plena maturidade, restando apenas o desencadeamento dos fatos.

O segundo objetivo não foi alcançado com a Independência porque a classe dominante da colônia interessava apenas libertar-se do monopólio comercial, abolir o estatuto colonial. Não desejava abrir mão do trabalho escravo que representava uma de suas bases fundamentais.

Paranapanema em 11 de junho de 1888, encontramos informações interessantes como a que transcrevemos. Parte dos bens que coube à herdeira Mariana Cândida da Silva:

— Terrenos na Fazenda São Matheus	1.000:000
— Terrenos na Fazenda do Sapé	33:000
— Dívida do Monte	319:000
— Três bois carreiros	120:000
— Duas vacas com crias	60:000
— Duas novilhas de 4 anos	44:000
— Duas novilhas de 3 anos	28:000
— Um novilho de 2 anos	10:000
— Dois novilhos de 2 anos	32:000
— Quatro terneiras (bezerras)	60:000
— Duas éguas	40:000
— Dois poldros	45:000
— Um carro ferrado (carro de bois)	30:000
— Na dívida de Antônio Joaquim Melchor	9:853
total	2.430:853

Essas mesmas exigências do processo capitalista forçaram a transferência da Família Real portuguesa e determinaram o encaminhamento do processo da independência para uma solução pacífica no seu conjunto.

O problema do trabalho escravo ficou transferido para a segunda metade do século XIX. A classe dominante resiste consideravelmente à pressão externa para a suspensão do tráfico negreiro e a eliminação do trabalho escravo.

Ao Império, que na linguagem de Caio Prado Júnior, é uma transição entre o passado colonial e o presente moderno, cabe a transformação da estrutura colonial. É preciso investigar em que medida as instituições vindas do Antigo Regime sofreram transformações. Uma das instituições, cujas transformações foram tão profundas a ponto de abalar os alicerces do Império, foi a do trabalho escravo (13).

A libertação dos escravos não resolveu totalmente o problema. Até há bem pouco tempo continuava a vigorar em algumas regiões certas relações de trabalho que o estudioso do desenvolvimento capitalista teria dificuldade em classificar como formas puras de trabalho assalariado. Quando o sistema de trabalho e produção manifesta os primeiros sinais de desagregação, os senhores de terras e de escravos, classe dirigente, toma medidas no sentido de promover a atração de imigrantes europeus. Visava com isto implantar a instituição do trabalho livre. Assim, o primeiro período de forte imigração foi entre 1887 e 1900, quando entraram cerca de 863.000 imigrantes, mas o afluxo foi maior entre as duas Guerras Mundiais, mais precisamente de 1920 a 1940. Nesse período São Paulo recebeu 1.431.786 imigrantes (14). O número de imigrantes italianos foi sempre maior. É que as transformações econômicas e sociais que alcançaram a Itália a partir de 1870 criaram um clima propício para a emigração.

“A imigração italiana para o Brasil, foi muito escassa até 1875, subira em 1876 para 7.000 indivíduos; e no ano seguinte com mais de 13.000, superara largamente tôdas as demais corren-

(13). — Existe uma abundante Bibliografia. Veja-se, por exemplo. *A Escravidão no Brasil*, de Perdígão Malheiro; *A Campanha Abolicionista*, de Evaristo de Moraes; *Da Senzala à Colônia*, de Emília Viotti da Costa; *História da Burguesia Brasileira*, de Nelson W. Sodré; *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso; *Raças e Classes Sociais no Brasil*, de Octávio Ianni; *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior; *História Geral da Civilização Brasileira*, de Sérgio Buarque de Holanda, tomo II.

(14). — Monbeig (Pierre), *op. cit.*, p. 130.

tes, inclusive a portuguesa até então na vanguarda e que mal atingira 8.000" (15).

A partir de 1920, começaram a chegar os alemães, romenos, húngaros, iugoslavos, sírios, mas o primeiro lugar coube aos japoneses que ultrapassaram a cifra de 10.000 em 1928 e de 20.000 em 1933 (16).

Quanto aos alemães, podemos dizer que a inflação e o desemprego em massa, como partes da crise econômica que envolveu a Alemanha depois da primeira Guerra Mundial, foram as causas da imigração. Dispondo dos últimos recursos financeiros, milhares de pessoas saíam anualmente do país, especialmente das zonas industriais, as mais atingidas pelo desemprego. Muitas vezes se uniam várias famílias e formavam caixa comum e partiam em grupos. Foi assim que, no dia 20 de janeiro de 1923, no Hotel Central de Stuttgart, sob a orientação do engenheiro Keller, uma espécie de Cooperativa de imigração denominada "Colônia Suábia", se formou. Compuseram-na 17 famílias e 22 solteiros que no dia 17 de abril do mesmo ano embarcaram em Hamburgo, rumo ao Brasil. Chegando ao porto de Santos, continuaram no mesmo dia a viagem para São Paulo onde foram recebidos e hospedados pela Hospedaria dos Imigrantes. Não tinham destino certo. Procuraram inicialmente emprego com fazendeiros mas, não conseguindo, resolveram tentar a compra de terras no interior. A fama da Alta Paulista e Alta Sorocabana era grande. Então se dirigiram para Presidente Prudente. Aí não encontraram a oportunidade desejada, pois as terras já estavam ocupadas e havia muita especulação. Aproveitando a oferta de um dos especuladores do comércio de terras na região, o Dr. Álvaro Coelho, foram parar em Presidente Venceslau, onde chegaram em 13 de junho de 1923 já reduzidos a 13 famílias e 16 solteiros. De início enfrentaram grandes dificuldades. Não havia comodidades, na vila havia poucas casas. Começaram a trabalhar recebendo os salários em gêneros. Não demorou muito se estabeleceram em terras próprias no meio da mata virgem. O sofrimento foi maior. Não conheciam a língua, não tinham prática de trabalho agrícola, não tinham assistência. Assim iniciaram o desmatamento para construir suas moradias e fazerem as primeiras plantações. Em 1927 o núcleo foi reforçado com outro grupo de imigrantes alemães e neste mesmo ano instalaram a primeira serraria. Até 1933 já havia cerca de 200 famílias alemãs radicadas na área. Com o enfraquecimento das terras muitas famílias procuraram outros lugares, especialmente o norte do Paraná e outros voltaram para sua

(15). — Prado Júnior (Caio), *op. cit.*, p. 188.

(16). — Monbeig (Pierre), *op. cit.*, p. 136.

pátria. Ainda assim encontramos em Presidente Venceslau alguns desses pioneiros tais como, Hans Reik, Carlos Buck, Hans Gagg, Emílio Jock, Frederico Seddig, Erich Oebsger, Hans Heineman, Bernardo Aipperspach (17). O Estado cada vez mais chamava a si a responsabilidade no financiamento da imigração estrangeira. Em 1874, a Associação Auxiliadora da Colonização fundada em 1871 recebia cem contos para financiar passagem de imigrantes. Pouco tempo depois por convênio entre a referida associação e o govêrno do Estado, êste garantia um auxílio de 60\$000 por colono empregado como simples trabalhador nos estabelecimentos rurais e 70\$000 em se tratando de contratos de parceria e na hipótese de serem os imigrantes estabelecidos pelo sistema de propriedade, o govêrno se obrigava a pagar a quantia de 150\$000 por adulto e 75\$000 por criança (18). Uma lei provincial de 1881, consignava cento e cinqüenta contos para o pagamento de passagens de imigrantes e determinava a construção de uma hospedaria. Assim no período de 1881 a 1891 as despesas do Estado com a obra de colonização, estimulando a iniciativa particular montou a elevada soma de 9.244:226\$450 (19).

Continuando a sua política de colonização, em 1905, o Estado cria uma "Agência Oficial de Colonização e Trabalho", uma espécie de bolsa de mão-de-obra sob o contrôle do Estado (20). Através dessa Agência e da Hospedaria dos Imigrantes, promovia-se o contacto dos fazendeiros com os imigrantes estrangeiros e nacionais.

Em 1924 foi criado o Instiuto do Café de São Paulo que passou a garantir permanentemente o preço do produto através de mecanismo regulador da exportação. Com isto a produção se viu estimulada e com ela o povoamento. Entre 1926 e 1930, as zonas rurais do Estado receberam 233.202 trabalhadores nacionais e estrangeiros que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes. 84,8% desta cifra se dirigiram para as fazendas do planalto ocidental (21).

*

3. — IMIGRAÇÃO DE OUTRAS REGIÕES DO PAÍS.

No que diz respeito às imigrações internas convém notar que depois de 1920 e sobretudo depois de 1930, a imigração estrangeira para São Paulo foi largamente sobrepujada. Esses imigrantes na-

(17). — Informações obtidas por meio de entrevistas com pioneiros.

(18). — Costa (Emília Viotti da), *Da Senzala à Colônia*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966, p. 190.

(19). — Costa (Emília Viotti), *op. cit.*, p. 190.

(20). — Monbeig (Pierre), *op. cit.*, p. 138.

(21). — Abreu (Diores Santos), *op. cit.*, p. 44.

cionais são principalmente dos Estados nordestinos. Os paulistas os chamam indistintamente de “nortistas” ou “bairanos”. Esta última designação é devido ao fato de haver quase sempre maior número de bairanos entre esses nordestinos. Segundo Pierre Monbeig, entre 1936 e 1940, somente a Bahia forneceu pouco mais da metade dos trabalhadores nacionais a São Paulo, pois contribuiu com 50,9% enquanto Minas forneceu 22,7%, cifras que baixam bruscamente com Alagoas (8,4%), Pernambuco (7,4%), Rio de Janeiro (2%), Sergipe (1,9%), Ceará (1,7%) e Espírito Santos (1%) (22).

A maioria desses trabalhadores nacionais chegavam em São Paulo em condições precárias. Em geral fugiam da seca, da miséria e da fome. Já eram, portanto subnutridos. Durante a longa viagem que faziam, tendo uma alimentação extremamente pobre em proteínas e outras propriedades nutritivas, a desnutrição piorava a ponto de matar alguns pelo caminho. Contudo, eram resistentes. A sua alimentação consistia principalmente de farinha de mandioca torrada com rapadura, requeijão com farinha e rapadura ou farinha de mandioca com carne seca assada (carne do Ceará), farofa (23) ou paçoca (24).

A Estrada de Ferro Central do Brasil, principal meio de transporte de “bairanos” para São Paulo, estendia seus trilhos em 1922 até a cidade de Corinto em Minas Gerais e daí um ramal até Pirapora, cidade ribeirinha e pôrto do Rio São Francisco em 1924. Viajando a pé por terra, pelos “caminhos do sertão” e nos “vapores” pelo Rio São Francisco, chegavam a Pirapora onde embarcavam em comboio da Central para Corinto. Aí se juntavam com outros procedentes principalmente do sul da Bahia e norte de Minas que viajando a pé ou de caminhão, passavam por Monte Azul e Montes Claros e chegavam a esse ponto de embarque. Partia diariamente de Corinto para São Paulo um comboio chamado vulgarmente “trem de bairanos”. A princípio, faziam baldeações em Belo Horizonte e Barra do Piraí para depois mudarem de comboio apenas em Belo Horizonte. Era uma viagem, cuja falta de conforto pode, muito bem ser comparada com a dos negros africanos transportados para o Brasil nos séculos XVI e XVII.

Por volta de 1926, a ponta dos trilhos da Central estava em Montes Claros, onde parou até 1941 e daí prosseguiu para Monte

(22). — Monbeig (Pierre), *op. cit.*, p. 133.

(23). — Carne de galinha desfiada com farinha de mandioca torrada ou escalada com gordura e às vezes misturada com ovos.

(24). — Carne assada desfiada ou pisada no pilão com farinha de mandioca torrada ou farinha de milho.

Azul onde chegava em 1946. Dessa data em diante o maior número de “baianos” tomava o comboio nesta cidade. Por esta época, viajar pela Central do Brasil no trecho de Belo Horizonte para o Norte era uma verdadeira aventura. Os comboios não obedeciam a horários, nem poderiam fazê-lo, devido às más condições dessas linhas, além do mais os descarrilhamentos eram comuns. Dêsse modo não é de se estranhar que nas estações de Monte Azul, Montes Claros, Corinto e nas de baldeações como Belo Horizonte e Barra do Piraí, houvesse quase sempre grande contingente de “baianos” que dormiam na gare das estações, no chão, na mais degradante promiscuidade e ignorando os mais comensais princípios de higiene. Ali permaneciam à espera de uma nova oportunidade para embarque.

Eram portadores de doenças várias, algumas contagiosas. Quase todos sofriam de afecções parasitárias.

O espetáculo que ofereciam ao desembarcar em São Paulo na Estação Presidente Roosevelt (Estação do Norte), não era menos deprimente. Eram figuras esqueléticas quase humanas. A partir de 1938, com a grande seca verificada nos sertões setentrionais de Minas e no Sudoeste da Bahia, intensificou-se a corrente dessa mão-de-obra que, no ano de 1939, alcançou a elevada cifra de 100.139 indivíduos (25). Essas populações flageladas pela seca encaminharam-se para São Paulo por via ferroviária nas condições já descritas. Aí a Hospedaria dos Imigrantes e a Agência Oficial de Colonização e Trabalho entravam em ação. Recolhiam esses elementos, alguns eram hospitalizados e outros depois de serem vacinados recebiam passagens gratuitas para as frentes pioneiras da Alta Sorocabana e Alta Paulista.

Não eram e nem poderiam ser os melhores trabalhadores. Não poderiam ser comparados aos europeus melhor nutridos e disciplinados. Nas vilas onde chegavam eram clientes dos albergues municipais e das Santas Casas. Não tinham condições para serem “formadores” ou colonos nas fazendas de café. Contudo, prestaram grandes serviços como assalariados nestas zonas novas. Era a mão-de-obra de que dispunham os empreiteiros para as derrubadas, desmatamento das florestas para a formação dos cafezais. Além disso esses emigrantes do nordete foram também empregados nas plantações de algodão e forneciam o grosso da mão-de-obra para a colheita. Segundo Pierre Monbeig, foram para o algodão o que os italianos foram para o café (26).

(25). — Simonsen (Roberto), *Recursos Econômicos e Movimento das Populações* in “Revista Brasileira de Estatística”, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ano I, nº 2, 1940, p. 216.

(26). — Monbeig (Pierre), *op. cit.*, p. 134.

4. — A MARCHA PARA O EXTREMO OESTE.

Depois de algumas crises de super-produção e a queda de preços conseqüente, os organismos oficiais passaram a controlar e a regular os estoques. Com isto os cafeicultores passaram a ter as garantias de que necessitavam para plantar café. Com êsse estímulo o café lançou-se em várias frentes.

“Entre a margem direita do Rio Pardo e o Grande através de Batatais, Franca e Nuporanga; entre o Rio Pardo e o Tietê, formavam-se os cafesais de Bebedouro, Colina, Barretos, Olímpia, Matão, Taquaritinga, Santa Adélia, Catanduva, Rio Preto e Mirassol; entre o Tietê e o Feio, as plantações alongavam-se desde Baurú até Valparaíso, passando por Araçatuba; entre o Feio e o Rio do Peixe, através de Piratininga até Marília e, finalmente, entre o Rio do Peixe e o Rio Paranapanema, encontrava-se o café na região de terra rocha que se estendia de Oleo até Assis e no desflorestamento da zona de Presidente Prudente, Santo Anastácio, Presidente Venceslau até a barranca do Rio Paraná” (27).

O café valorizou e povoou as terras descobertas pelos povoadores mineiros. É uma segunda etapa da colonização que se processa de modo original. Dela participa os proprietários das zonas cafeeiras mais antigas que abriam novas fazendas, e o negociante de terras que adquire grandes glebas para especular com os que vieram depois. Sua clientela era a população rural das zonas velhas, imigrantes estrangeiros ou não, que com o trato do café havia conseguido poupar algumas economias. Esses colonos vinham da zona de Ribeirão Preto, Região da Mogiana em geral, de Araraquara, Catanduva e Itapira.

Desde 1920 começou o deslocamento da produção e da população para as zonas novas. Alguns casos são bastante ilustrativos. Araras vê sua produção diminuída de 500.000 arrôbas, em 1886, para 294.000 em 1935. Ao mesmo tempo a população cai de 25.613 para 24.234 habitantes. Em Palmeiras, São Carlos e Santa Rita, o mesmo se verifica. Em Amparo, a produção passa de 722.273 arrôbas em 1920 a 379.706 arrôbas em 1935 (28). Em compensação nas zonas novas ocorre fenômeno inverso. Nessas regiões, Alta Pau-

(27). — Abreu (Diores Santos), *op. cit.*, p. 45.

(28). — Milliet (Sérgio), *Roteiro do Café*. Bipa Editôra, São Paulo, 1946, p. 52.

lista, Alta Sorocabana e Noroeste, afirma Sérgio Milliet, até 1935 só se planta café e nesse ano a safra da Alta Sorocabana alcança a cifra de 6.500 arrôbas com uma população de 112.000 habitantes (29). Com essas cunhas de penetração, ao mesmo tempo que abre a rota para Mato Grosso, o café penetra por Ourinhos no Estado do Paraná. Ourinhos é zona de passagem, de pouso forçado, por isto cresce e tem destino semelhante ao de Bauru, Campinas e Sorocaba (30).

Produção e distribuição mundial de café verde: 1946-47 a 1967-68
(milhões de sacas de 60 quilos) (31).

Mercado ano	Excedente inicial	Produção	Suprimento total	Líquido exportação	Distribuição interna	Excedente final
1946-47	16.390	35.308	51.698	27.158	7.490	17.050
1947-48	17.050	34.618	51.668	30.848	8.292	12.528
1948-49	12.528	39.095	51.623	32.266	9.330	10.027
1949-50	10.027	37.615	47.642	31.205	8.304	8.133
1950-51	8.133	38.164	46.297	31.593	8.163	6.541
1951-52	6.541	38.530	45.071	32.152	7.646	5.273
1952-53	5.273	41.513	46.786	32.939	8.236	5.611
1953-54	5.611	43.996	49.607	33.458	9.656	6.493
1954-55	6.493	42.188	48.681	29.219	8.266	11.196
1955-56	11.196	50.348	61.544	38.296	6.731	16.517
1956-57	16.517	45.420	61.937	36.203	10.778	14.956
1957-58	14.956	55.009	69.965	37.340	8.779	23.846
1958-59	23.846	61.665	85.511	38.977	9.664	36.870
1959-60	36.870	78.919	115.789	42.351	12.498	60.940
1960-61	66.534	72.043	138.577	45.361	13.768	72.448
1962-63	72.448	67.387	139.835	47.909	13.971	70.655
1963-64	70.655	70.990	141.645	49.214	14.089	78.342
1964-65	78.342	50.613	128.955	45.400	14.727	68.828
1965-66	68.828	81.624	150.452	52.800	15.265	82.387
1966-67	82.389	61.648	144.035	50.000	16.074	77.961
1967-68	77.335	67.335	145.296	53.000	16.865	75.431

(29). — Milliet (Sérgio), *op. cit.*, p. 58.

(30). — Milliet (Sérgio), *op. cit.*, p. 64.

(31). — Gonçalves (José Carlos) e Thomaziello (Roberto Antônio), *Cultura do Caf.* Secretaria da Agricultura. Campinas, 1970, p. 4.

Produção Exportável de Café no Brasil — 1.000 sacas de 60 quilos (32).

Média de décadas e safras	Estado do Rio	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Outros	Total Brasil
1881/90	3.626	1.583	—	—	—	—	5.479
1891/00	3.114	4.116	—	—	—	—	7.230
1901/10	1.094	9.252	2.772	511	—	202	13.831
1911/20	812	9.305	2.446	670	—	158	13.391
1921/30	945	11.131	3.445	1.249	175	309	17.254
1931/40	921	15.252	3.868	1.586	610	534	22.771
1941/50	469	7.874	2.638	1.665	1.062	364	14.062
1951/60	242	8.618	3.261	1.323	5.867	527	20.438

Valor do Café no Conjunto da Produção Agrícola (33).

Anos	Valor da produção agrícola	Valor da produção de café	Porcentagem
1947	45,0	5,5	12,2
1948	53,5	6,4	12,0
1949	60,4	8,5	14,1
1950	72,7	15,9	21,9
1951	82,3	16,6	20,2
1952	100,6	19,0	18,9
1953	124,5	21,4	17,2
1954	159,5	29,8	18,7

Produção de Café em Confronto com a Renda Interna (34).

Anos	Renda interna	Valor da produção de café	Porcentagem
1947	140,0	5,5	3,9
1948	158,5	6,4	4,0
1949	181,6	8,5	4,7
1950	214,4	15,9	7,4
1951	254,5	16,6	6,5
1952	293,3	19,0	6,5
1953	360,3	21,4	5,9
1954	455,9	29,8	6,5

(32). — Gonçalves (J. C.) e Thomaziello, *op. cit.*, p. 10.

(33). — Sodré (Nelson Werneck), *História da Burguesia Brasileira*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964, p. 333.

(34). — *Ibidem*.

4.1. — *O trabalho nas frentes pioneiras: Alta Paulista.*

Marília era a capital da Alta Paulista, afamada não somente no interior das fronteiras do Estado, mas conhecida nos sertões do São Francisco como um El-Dorado (35). Presidente Prudente, cujo desbravamento se fez a partir de Assis que foi ponta dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, veio a ser a frente pioneira mais importante, tornando-se a capital de uma vasta região. Exercia nos habitantes das regiões mais antigas do Estado, nos “nortistas” e nos estrangeiros grande fascínio. Da mesma maneira que Marília também passou a receber fortes contingentes de imigrantes estrangeiros. Devemos ressaltar que tanto na Alta Paulista como na Alta Sorocabana há predomínio da pequena e média propriedade.

As de tamanho variável entre 0 a 10 ha. correspondem a 21% do total aproximadamente. Mais ou menos 60% das propriedades são de tamanho variável entre 10 a 50 ha. Propriedades de 50 a 100 ha. mais ou menos 9%; de 100 a 500 ha., 6%; acima de 500 ha. 4% (36).

A propriedade de que escolhemos na área de Tupã é classificada entre as propriedades de tamanho médio. Para se ter uma idéia da composição da população estabelecida no município de Tupã nos primórdios de sua colonização basta ver os dados obtidos pelo Sr. Hélio Lourenço de Oliveira num inquérito que realizou nas escolas isoladas (zona rural) no ano de 1928.

Nacionalidade	nº de crianças	Porcentagem
brasileiros	63	44,4%
italianos	24	16,9%
espanhóis	23	16,2%
japoneses	20	14,1%
portuguêses	6	4,2%
sírios	5	3,5%
alemães	1	0,7%
Total	142	100,0% (37).

(35). — Monbeig (Pierre), *Algumas observações sobre Marília, cidade pioneira (Estado de São Paulo)* in “Revista do Arquivo Municipal”, vol. XXVIII, Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1941, p. 221.

(36). — Dados fornecidos pelo IBRA e coletados na secção de arrecadação de impostos das Prefeituras Municipais.

(37). — Oliveira (Hélio Lourenço de), *Relatório da Inspeção Sanitária de Tupã* — Trabalho apresentado à Cadeira de Higiene da Escola Paulista de Medicina no 2º semestre de 1939 — Inédito, p. 42.

4.2. — *Condições habitacionais.*

O pioneiro, o formador, o dono da pequena ou média propriedade que ia pessoalmente proceder ao desmatamento, chegava na propriedade em plena mata. Abria uma clareira e construía um simples rancho de pau-a-pique barreado (taipa de sopapo), coberto de sapé ou de tabuinhas ou ainda fôlhas de zinco. Com o passar do tempo, depois de fazer as primeiras colheitas então passava para uma casa de tábuas coberta de telhas e depois para a construção de alvenaria coberta de telhas (38).

O formador não chegava a sair do rancho de pau-a-pique coberto de tabuinhas. Apenas os pequenos proprietários e os fazendeiros é que viviam essa evolução do rancho à casa de tijolos coberta de telhas.

Na propriedade do Sr. Koketsu, sòmente sua morada passou do rancho à casa de alvenaria. O restante das moradias construídas pelos formadores e arrendatários passaram para os parceiros dêsse modo. Até o ano de 1954 quando êle vendeu a propriedade para o Sr. Luiz De Michelli, tôdas as moradias, menos a sua, eram de barrotes (pau-a-pique) barreado.

*

5. — O TRABALHO EM TUPÁ: PROPRIEDADE DO SR. SHIGUEO KOKETSU.

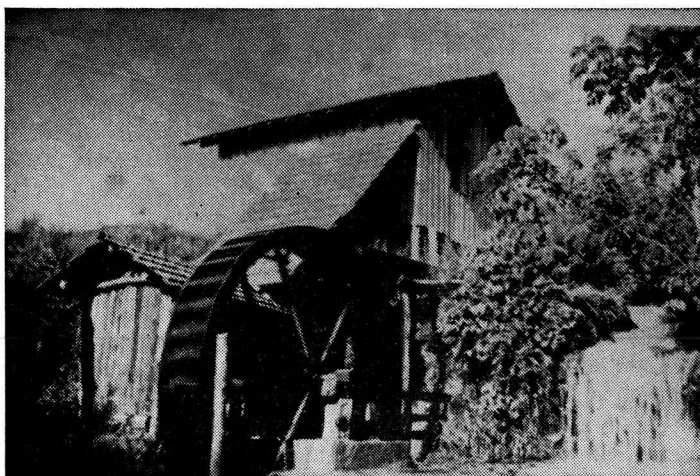
5.1. — *Abertura e formação.*

Sr. Shigueo Koketsu desembarcou no pôrto de Santos no dia 15 de junho de 1917. Fazia parte de um grupo de 30 famílias de imigrantes japoneses. No mesmo dia, sob os cuidados da Hospedaria dos Imigrantes subiram para São Paulo onde permaneceram cinco dias. Depois se dirigiram para Vila Costina, na Mogiana, propriedade do Sr. Labiano da Costa Machado. De lá influenciados pela fama das zonas novas, algumas famílias, inclusive a sua, vieram para Garça onde chegaram em 12 de agôsto de 1919. Com algumas economias que havia conseguido amealhar, o Sr. Koketsu comprou 12 alqueires de terras à razão de 75\$000 (setenta e cinco mil réis) o alqueire num local que fica entre Vera Cruz e Garça. Aí começou a se dedicar ao cultivo do algodão e de outros cereais.

(38). — Abreu (Diores Santos), *op. cit.*, p. 121.



Koketsu e família na frente de sua casa.



Moinho e máquina de descascar arroz.

Como nas frentes pioneiras havia muitos “nortistas”, o consumo de farinha de mandioca era grande. Resolvendo aproveitar esse mercado, por volta de 1927-1928 o Sr. Koketsu fêz plantações de mandioca e já no final de 1928 montava uma pequena indústria de farinha de mandioca. Em 1938 resolvendo aproveitar as oportunidades que as frentes pioneiras oferecia, comprou 105 alqueires de mata virgem no atual município de Tupã, a 20 quilômetros da vila, situados no bairro Coim. Como o café era a maior fonte de riqueza da região, apesar das crises, resolveu formar café. As terras foram adquiridas por 53 contos de réis.



Koketsu ao lado do cafesal.

Em 1940 com sua família, composta da esposa D. Francisca Koketsu e 7 filhos menores, instalou-se na propriedade com mais duas famílias de imigrantes japoneses. Fêz inicialmente a derrubada de 10 alqueires de mata. Nesse espaço desmatado começou o cultivo do algodão, do amendoim e de outros cereais. Ocupou 9 alqueires com algodão e o amendoim era plantado nos espaços dos algodoeiros. O algodão rendia em média 180 arrôbas por alqueire e o amendoim de 200 a 250 sacos por alqueire. Rentabilidade que considerava muito boa (39). Não possuía capital para investir na formação de café que era o seu desejo. Então contratou empreiteiros formadores por 6 anos. Ele dava a mata virgem ao empreiteiro que no

(39). — Informações obtidas numa entrevista com o Sr. Koketsu que, para tanto recorria a anotações que possuía num caderno em língua japonesa.

final de 6 anos lhes entregava o café formado. Os empreiteiros faziam o desmatamento por sua própria conta, construía sua habitação e iniciavam o trabalho. No caso específico o Sr. Koketsu forneceu apenas as sementes, o que não era norma geral. Começou por contratar 4 famílias de formadores e aos poucos foi aumentando até que em 1950 já possuía 27 famílias em sua propriedade. Eram famílias que possuíam em média 8 pessoas, o casal e mais 6 filhos. Eram trabalhadores procedentes das zonas velhas onde haviam adquirido a prática e a disciplina do trabalho nos cafésais como colonos. Possuíam algumas economias que lhes garantiam o seu sustento até que fizessem a primeira colheita de cereais (40).

Durante os 6 anos poderiam plantar entre os arruamentos dos cafeeiros, cereais como milho, amendoim, arroz, feijão, batatas. Essa produção era destinada à sua manutenção, mas quase sempre havia excedentes para comercialização. Recebiam um pedaço de terra “solteira” para o cultivo de cereais, especialmente aqueles que não podiam plantar no meio dos cafeeiros. Tudo que plantavam e colhiam durante o período dos 6 anos era exclusivamente deles. Dessa forma, o seu nível de vida, o seu poder aquisitivo era bem melhor que o do colono pròpriamente dito.

O café começa a produzir no terceiro ano. Essa primeira colheita é insignificante, a segunda é razoável e a terceira que eles realizam no 6.º ano é bem melhor. E’ verdade que a melhor produção vem depois do 6.º ano, mas em geral os formadores por 6 anos, quando entregavam o café formado, tinham condições de comprar suas propriedades! Muitos saíram das fazendas para os sítios que compraram.

(40). — Havia dois tipos de contratos de formação. Um era feito por 6 anos, quando o fazendeiro entregava ao empreiteiro “formador” a mata virgem e no final dos 6 anos recebia o cafésal produzindo. Outro era por quatro anos. Nesse tipo de formação, o fazendeiro dava a terra preparada com as covas de café abertas e se comprometia pagar ao “formador” uma quantia pré-estabelecida por cova de café. Essa quantia poderia ser paga integralmente no final do 4º ano quando vencia o contrato do formador ou poderia ser paga parceladamente durante os quatro anos. Além disso o fazendeiro dava moradia construída com “poço” para abastecimento de água ao empreiteiro-formador. Esse tipo de formação era mais interessante ao fazendeiro que dispunha de capital para o investimento inicial. Era de menor interesse para o formador. Ele só se beneficiaria do plantio dos cereais e não chegava a obter lucros com a produção do café, pois as colheitas do 3º e 4º anos são insignificantes. Os formadores que não tinham o mínimo de capital indispensável para proceder ao desmatamento, construir moradia e sustentar-se pelo menos durante um ano, não podiam fazer opção. Na região foi também empregado outro sistema. Para a formação dos cafeeiros, os colonos recebiam terras como pagamento. Foi o que fez Luiz Ferraz de Mesquita na abertura de Lucélia, com a contratação de colonos russos. Veja-se: *Arrolamento das Fontes Históricas do Município de Lucélia*, in “Revista de História” nº 81, São Paulo, 1970, p. 206, nota de rodapé.

Segundo palavras do Sr. Koketsu, os formadores que contratou eram quase todos “nortistas”, havendo apenas 2 famílias de italianos e uma de japoneses. O seu filho Toshio Koketsu que presenciava a entrevista acrescentou que êsses “nortistas” eram principalmente mineiros e baianos.

Depois dos 6 anos de formação é que o fazendeiro começa a ter lucro. Após o período de formação os fazendeiros poderiam adotar o sistema de parceria, de colonato ou utilizar empregados diaristas “peão” ou “volante”. Na região foram utilizadas as três formas de relações de trabalho. O Sr. Koketsu utilizou para o café o sistema de parceria (meeiros) e o trabalhador volante que alugava o seu trabalho à razão de 5\$000 (cinco mil réis) por dia. A cultura do café exigia e exige mão-de-obra numerosa e permanente. Primeiro era a derrubada e o preparo da terra. Na Alta Paulista e Alta Sorocabana, nos espigões de terra roxa própria para o plantio do café, as florestas eram densas. Nesse caso a tarefa de desmatamento e preparo da terra era dispendiosa. Com a utilização de foices e machados e depois com a queimada seguida de uma limpeza precária, estava preparado o terreno. Nesse trabalho utilizavam principalmente os “baianos”. Era o trabalho próprio para o nordestino que não estava habituado ao trabalho disciplinado como exigia a fazenda de café. Estavam acostumados a culturas de plantio anual, ou com a criação de gado ou ao trabalho por conta própria nas pequenas propriedades (41).

Feito o plantio, o formador ou colono posteriormente tinha que realizar, 2, 3 ou mais carpas por ano conforme as condições do terreno e as exigências do fazendeiro.

Quando os cafêzais começavam a produzir os trabalhos aumentavam exigindo mais mão-de-obra. A colheita era feita manualmente ou com a utilização de varas cuidadosamente para não maltratar a árvore.

Antes do início da colheita fazia-se o arruamento, isto é, a limpeza embaixo dos cafeeiros e terminada a colheita fazia a esparramação, ciscação daqueles detritos, fôlhas sêcas e matos que haviam amontoado nos vãos dos cafeeiros.

O café colhido era transportado para os terreiros onde era secado e ensacado em côco e transportado para a cidade para ser vendido ao maquinista. Quando se tratava dos grandes fazendeiros, en-

(41). — Simonsen (Roberto), *op. cit.*, p. 216.

tão o beneficiamento e classificação era feito na “boca do terreiro” e depois transportado em geral para os comissários de Santos para ser exportado (42).

5.2. — *Produção.*

De 1950 a 1954 foi o período em que o Sr. Koketsu conservou a propriedade produzindo café e cereais. Não conseguimos informações sobre a quantia que investiu até essa época. Tão pouco conseguimos dados sobre o *quantum* da produção. Apenas fomos informados de que depois da formação passou a empregar o sistema de parceria (meeiros) e o trabalhador volante. O volante em geral era “nortista” solteiro ou não que abandonava a família e vinha para São Paulo em busca de dinheiro e de aventuras.

A produção toda, tanto do café como do amendoim, do algodão e do arroz, era comercializada em Tupã. Ali estavam os intermediários das grandes firmas de São Paulo e de Santos. Eram compradores de cereais ou proprietários de máquinas que compravam o café em côco, o beneficiava e revendia. Era quem obtinha maior lucro com a produção. Ainda assim o Sr. Koketsu acha que valia a pena plantar café. Pelo café que produziu alcançou os seguintes preços na praça de Tupã:

1950 vendeu a Cr\$ 300,00 o saco
1950 (segundo semestre) vendeu a Cr\$ 348,00 o saco
1951 vendeu a Cr\$ 297,00 o saco
1952 vendeu a Cr\$ 300,00 o saco
1953 vendeu a Cr\$ 440,00 o saco
1954 vendeu a Cr\$ 650,00 o saco.

O proprietário montou na fazenda um monjolo para produzir fubá e para descascar arroz. Era produção destinada ao consumo na propriedade. Montou posteriormente uma máquina de descascar arroz (invenção sua), mas não chegou a colher frutos dessa invenção, pois quando começava a funcionar vendeu a propriedade a Luiz De Michelli.

5.3. — *Transportes.*

As estradas não eram boas, apenas transitáveis fora do período das chuvas. O transporte de toda produção a princípio foi feito em

(42). — De 1950 para 1950 as técnicas de plantio, de colheita, etc. do café não mudaram quase nada. O sistema de trabalho com o café em geral na Alta Paulista e Alta Sorocabana na década de 50 é quase o mesmo usado nas zonas velhas no século passado. Veja-se: Costa (Emília Viotti da), *op. cit.*, p. 98.

carroças puxadas a burro. Sòmente mais tarde quando as estradas foram melhorando é que puderam fazer uso do caminhão. Em 1951 o Sr. Koketsu comprou um que usava para transportar sua produção para a cidade. As compras eram feitas em Tupã, pois existia apenas uma venda (boteco) mais próximo da fazenda que ficava distante 4 quilômetros.

De início não havia meio de mandar as crianças à escola. Mas posteriormente com a criação de uma escola isolada em Arco-Iris, as crianças andavam a pé 4 quilômetros para chegar até lá e freqüentá-la. Fazer os filhos estudarem, era um problema que estava ausente das cogitações da maioria dos formadores, parceiros, colonos ou diaristas.

5.4. — *Saúde.*

Não tinham maiores problemas com doenças na fase de formação. As doenças mais freqüentes eram as maleitas, feridas “bravas”, resfriados. Talvez o fato de possuírem relativa abundância, alimentarem-se bem, estarem mais em contacto com a natureza, tive se influência. Depois da formação, o colono ou diarista sofria mais. Ele é mais pobre, alimenta-se mal, pois além de ganhar pouco precisa comprar quase tudo. O fazendeiro nem sempre permite a plantação de cereais nos vãos dos cafeeiros. Paga-lhe uma quantia fixa por ano por 1.000 pés de café a ser tratado e é dividida pelos doze meses do ano.

No caso específico, o Sr. Koketsu possuía em sua casa um pequeno estoque de remédios para os principais males da região. Ele mesmo atendia o pessoal que trabalhava em sua propriedade. Receitava e aplicava injeções. Quando o caso era mais grave tinham que fazer uma longa e penosa viagem de carroça ou caminhão ou de “jardineira” à procura de médicos em Pompéia ou em Marília. Os casos fatais eram raros. Nessa propriedade, no período de 1950 a 1960, com uma média anual de 15 a 20 famílias, o que corresponde aproximadamente a uma população anual de 150 pessoas, foram registradas 8 mortes, sendo 2 adultos e 6 crianças.

5.5. — *Nôvo proprietário.*

Em 1954, Koketsu, transferiu a sua propriedade para o Sr. Luiz De Michelli, imigrante italiano natural de Trevizo, Alta Itália.

Quando comprou a fazenda São Pedro (êste era o nome da propriedade) ela contava com doze casas de pau-a-pique, duas de tábuas

e uma de alvenaria, tôdas eram cobertas de telhas. O cafèzal era formado por 90.000 pés, maltratados por uma geada recente. De modo que tinha os ponteiros sêcos e contava com pouca vestimenta, porquanto tinha de 30 a 40% das fôlhas.

De Michelli iniciou uma renovação total dos cafeeiros, plantando mais 15.000 pés, que acrescentados aos existentes, somam 105.000 pés. A instabilidade dos preços e o programa de erradicação do govêrno fêz com que fôsse reduzido para 65.000 na atualidade.

Depois de construir uma nova sede, De Michelli derrubou as casas de pau-a-pique, substituindo-as por 20 casas de alvenaria, divididas em 3 colônias (3 núcleos), sendo uma de 10 casas e duas de 5 casas. Ergueu uma capelinha em homenagem a São Pedro, como padroeiro da propriedade. No dia de São Pedro, dia 29 de junho de todos os anos, De Michelli reúne-se com tôda família na fazenda juntamente com os empregados. E' uma festa de confraternização entre patrões e empregados. Nesta festa não faltam a fogueira, os foguetes, e os petiscos próprios da data, além da cachaça (água-ardente) para dar animação.

Logo que comprou a fazenda, De Michelli adotou um sistema misto no recrutamento da mão-de-obra. Contratava trabalhadores por tarefa (empreitada), diaristas (camaradas) (43). Os colonos recebiam uma quantia fixa por ano por mil pés de café tratados. No ano de 1955, De Michelli pagava Cr\$ 12.250,00 pelo trato de 3.500 pés de café e Cr\$ 40,00 por dia de serviço a sêco. Êsses Cr\$ 12.240,00 eram divididos em doze prestações pagas de 30 em 30 dias à razão

(43). — A partir de 1955, especialmente, tem-se observado um fenômeno sócio-econômico na região digno de estudo. Com as exigências da legislação trabalhista e a extensão do salário mínimo às zonas rurais, os proprietários vem substituindo os cafesais por pastagens para engorda e criação de gado. O trabalhador rural emigra para as cidades e passa a morar nas pontas de ruas, na periferia das cidades em condições sub-humanas. Não possui nenhuma especialização e continua a viver do trabalho agrícola. O fazendeiro ou sitiante nas épocas de colheitas, de carpas, seja do café ou de outros cereais, passa pela manhã com o caminhão recrutando o pessoal. Lotam o caminhão, leva para a fazenda e no fim do dia paga o salário de cada um e pronto. O trabalhador ganha o dia que trabalha. Não há nenhum vínculo contratual de ambas as partes. Inclusive o trabalhador vai no caminhão do fazendeiro que paga mais. Dessa maneira há períodos do ano em que essa gente passa fome. Constitui um problema social das cidades onde vivem. Se de um lado êles permanecem vinculados à terra quanto ao sustento, de outro estão se politizando em contacto com o rádio, a televisão e a gente da cidade. Os filhos teem melhores oportunidades.

(44). — A caderneta de trabalho do empregado Alcides Santana possui as anotações:

CONTRATO DE TRABALHO.

Cultura de ... café

O empregado mediante os salários adiante estipulados, obriga-se:

de Cr\$ 1.020,00 (44). Já em 1958 pagava Cr\$ 17.991,00 pelo trato de 3.998 cafeeiros e ainda Cr\$ 40,00 por dia a sêco (45).

Na fazenda São Pedro, de 1954 a 1955 domina a cultura diversificada, mas o café continua sendo o produto de maior renda.

Os 105 alqueires passaram a ser cultivados da seguinte maneira: 35 alqueires eram ocupados com 65.000 pés de café das variedades

a) a conservar... 3.500 cafeeiros a seu cargo, sempre limpo dando para isso o número de vêzes de carpas necessárias, etc.

O presente contrato terá a duração de um ano agrícola, terminando com a esparramação do cisco.

O ano agrícola em hipótese alguma, irá além de 31 de dezembro.

O locatário obriga-se:

a). — a creditar ao locador, na presente caderneta: pelo trato de 3.500 cafeeiros Cr\$ 12.250,00 (doze mil duzentos e cinquenta cruzeiros);

b). — a efetuar o pagamento em dia de 30 em 30 dias na razão do ganho ou de Cr\$ 1.020,00 (hum mil e vinte cruzeiros) pelo trato de 3.500 cafeeiros;

c). — a fazer o pagamento da colheita e a liquidação geral no final do ano agrícola, imediatamente à terminação dos respectivos trabalhos.

	débito Cr\$	crédito Cr\$
1955		
Nov. 30 — Mesada do mês por 3 dias de serviço por pagamento	1.140,00	1.020,00 120,00
	<hr/>	<hr/>
	1.140,00	1.140,00
Dez. 31 — Mesada do mês abertura de 3.500 covas por pagamento	1.880,00	1.020,00 700,00
	<hr/>	<hr/>
	1.880,00	1.880,00
1956		
Jan. 31 — Mesada do mês por serviço de adubação por pagamento	1.411,00	1.020,00 391,00
	<hr/>	<hr/>
	1.411,00	1.411,00
Fev. 29 — Mesada do mês m/pagamento	1.020,00	1.020,00
	<hr/>	<hr/>
	1.020,00	1.020,00
Mar. 31 — Mesada do mês m/pagamento	1.411,00	1.411,00
	<hr/>	<hr/>
	1.411,00	1.411,00.

(45). — Caderneta de Jerônimo Laforte

O locatário obriga-se:

a). — a creditar, na presente caderneta pelo trato de 3.998 cafeeiros Cr\$ 17.991,00 (desessete mil novecentos e noventa e um cruzeiros).

Por dia de serviço a sêco Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros).

b). — a efetuar o pagamento, em dinheiro de 30 em 30 dias na razão do ganho ou de Cr\$ 17.991,00 pelo trato de 3.998 cafeeiros.

Sumatra e Bourbon. Quando a produção é boa chega a dar de 100 a 120 sacas por mil pés, mas já houve safra em que produziu de 20 a 30 sacas. De arroz quase todos os anos plantam mais ou menos 1 alqueire. 20 alqueires são ocupados com plantação de milho; o feijão plantam no meio do café intercalado com o amendoim; 8 alqueires são ocupados com pasto e 12 alqueires de mata são conservados.

O gado é criado em regime de pasto absoluto, recebendo o sal e minerais na cocheira e na época das secas quando o pasto se torna deficiente é suplementado pela cana. No período de 1954-1960 havia um número de cabeças que variava entre 60 e 70.

Quanto à produção, também De Michelli não nos forneceu números, mas apenas os preços de comercialização do produto, isto é, o preço de venda na praça de Tupã. Assim temos por saca de 40 quilos de café em côco:

1954	Cr\$ 650,00
1955	Cr\$ 500,00
1956	Cr\$ 700,00
1957	Cr\$ 812,00
1958	Cr\$ 600,00
1959	Cr\$ 600,00
1960	Cr\$ 800,00.

c). — permite ao locador plantar uma cova de milho em rua pulada e na outra rua uma de feijão.

A fazenda pagará Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros), por mil pés de café.

O colono será obrigado a roçar o pasto e a consertar a estrada.

O colono poderá ter o direito de criação de graça no pasto que lhe pertencer.

A fazenda não admite criação solta, na primeira vez ela avisa e na segunda ela prende.

	débito	crédito
	Cr\$	Cr\$
1958		
10 — 11 — Pagamento café		1.492,00
Serviço diário 10 1/2 dias		420,00
Pagamento total	1.912,00	
	1.912,00	1.912,00
10 — 12 — Pagamento café		1.492,00
Serviço diário — 10 dias		120,00
Pagamento total	1.612,00	
	1.612,00	1.612,00
1959		
10 — 1 — Pagamento café		1.492,00
Serviço diário — 1 1/4 dia		50,00
Pagamento total	1.542,00	
	1.542,00	1.542,00.

O amendoim que produziu nesse período foi comercializado por saco de 25 quilos em casca conforme se vê.

1954	Cr\$ 110,00
1955	Cr\$ 65,00
1956	Cr\$ 150,00
1957	Cr\$ 140,00
1958	Cr\$ 150,00
1959	Cr\$ 170,00
1960	Cr\$ 400,00.

Para se ter uma idéia da valorização da terra, basta dizer que em 1938, Koketsu pagou 53 contos de réis pelos 105 alqueires e em 1954 os vendeu por Cr\$ 525.000,00 e em 1970 valiam Cr\$ 800.000,00.

*

6. — CONCLUSÕES.

I. — Os preços do café no mercado internacional foi sempre grande estímulo para a expansão da colonização na direção oeste do Estado de São Paulo.

Os espigões de terras férteis, próprias para o plantio de café, orientaram a direção das ferrovias.

II. — A imigração européia teve importante papel na agricultura paulista, tanto no século passado como no presente. Paralelamente os nordestinos também tiveram destacado papel. Não eram considerados aptos para o trato do café como os europeus, principalmente os italianos. Eram empregados nos desmatamentos, nos trabalhos de colheita, nos chamados serviços extraordinários das propriedades e nas lavouras de algodão e outros cereais. Os que se fixaram e se adaptaram à disciplina do trabalho nas culturas de café, foram tão bons colonos e formadores quanto os italianos.

A alta rentabilidade dos cafeeiros das zonas novas concorria para que houvesse melhores salários do que nas zonas velhas. Esse fator determina o deslocamento das populações daquelas regiões para estas. De outro lado não pode ser ignorado a influência da propaganda feita pelos especuladores do comércio de terras.

III. — A situação do colono é melhor do que a do trabalhador “volante”, o “camarada”, pois tem a garantia de um salário mensal, além do rendimento dos cereais que possa cultivar no meio dos cafeeiros ou na terra solteira e ainda dos animais que tenha permissão de criar.

O colono formador por 4 ou por 6 anos tem maior vantagem que o primeiro, pois além do rendimento dos cereais que cultivava se beneficia de duas colheitas de café. Em geral quando o formador entregava o seu cafézal formado, tinha condições de comprar sua pequena propriedade e tornar-se independente.

* *
*

BIBLIOGRAFIA.

1. — Abreu (Diores Santos), *Formação Histórica de uma cidade pioneira: Presidente Prudente*. Tese de doutoramento, inédito.
2. — Cardoso (Fernando Henrique), *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1962.
3. — Cobra (Amador Nogueira), *Em um Recanto do Sertão Paulista*. São Paulo, 1923.
4. — Costa (Emília Viotti da), *Da Senzala à Colônia*. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1966.
5. — *Exploração do Rio do Peixe*. Comissão Geográfica do Estado de São Paulo. São Paulo, 1913.
6. — Furtado (Celso), *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1967.
7. — Gonçalves (José Carlos) e Thomaziello (Roberto Antonio), *Cultura do Café*. Secretaria da Agricultura. Campinas, 1970.
8. — Holanda (Sérgio Buarque de), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1967.
9. — Iani (Octávio), *Raças e Classes sociais no Brasil*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1966.
10. — Milliet (Sérgio), *Roteiro do café*. Bipa Editora. São Paulo, 1946.
11. — Monbeig (Pierre), *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Librairie Armand Colin. Paris, 1952.
12. — Monbeig (Pierre), *Algumas observações sobre Marília, Cidade Pioneira*, in "Revista do Arquivo Municipal", vol. LXXVIII, Prefeitura do Município de São Paulo. Departamento de Cultura, 1941.
13. — Oliveira (Hélio Lourenço de), *Relatório da Inspeção Sanitária de Tupã*. Tese apresentada à cadeira de Higiene da Escola Paulista de Medicina no 2º semestre de 1939, inédito.
14. — Prado Júnior (Caio), *História econômica do Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1967.
15. — *Quadro demonstrativo do desmembramento das comarcas*. 5ª edição, 1949/53.
16. — Schmidt (Cornélio), *Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904*, separata do volume XV dos "Anais do Museu Paulista". São Paulo, 1961.

17. — Simonsen (Roberto), *Recursos econômicos e movimento das populações*, in "Revista Brasileira de Estatística". Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ano I, nº 2, 1940.
18. — Sodré (Nelson Werneck), *História da burguesia Brasileira*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1964.

INTERVENÇÕES.

Da Profa. *Olga Pantaleão* (FFCL-Marília. São Paulo).

Fêz críticas ao trabalho apresentado, salientando três pontos:

- 1). — Problema metodológico — delimitação geográfica e cronológica;
- 2). — Trabalho em Tupã;
- 3). — Objeções às afirmações de fls. 791 e 795.

*

Do Prof. *Dires Sato Abreu* (FFCL-President Prudente. São Paulo).

Pede o seguinte esclarecimento:

Qual foi o papel das companhias de loteamento e de comércio em geral na vinda de migrantes e de imigrantes para a região da Alta Paulista?

*

Do Prof. *José Roberto do Amaral Lapa* (FFCL-Marília. São Paulo)..

Julga que o material manipulado pelo Autor poderia ter sido melhor, no sentido de um aproveitamento mais sistemático e da explicitação para o leitor, do método e técnicas de pesquisas usados com êsse material que inclui fontes primárias, entrevistas, etc.

A fls 797 fala, que a super-produção e a queda de preços determinaram a abertura de frentes, o que parece contraditório ou pelo menos não vê como estabelecer essa correlação no contexto descrito.

Afirma também que o Autor demora-se em demasia na parte introdutória do trabalho — a metade em número de páginas — com informações genéricas, de base bibliográfica, hoje em dia já suficientemente conhecidas.

No que diz respeito à problemática conceitual do trabalho, seria de todo conveniente explicitar o conceito de zona pioneira, a sua ca-

racterização e duração no tempo, pelo menos em relação à área estudada.

Como o trabalho apresenta ilustrações, não seria demasiado reclamar um mapa que mostrasse a “área pioneira” e situasse a propriedade estudada.

Diz que julga ter sido o tema central do trabalho muito reduzido, recebendo um tratamento apenas de referências, chegando até ser comprimido em nota de rodapé. Assim, também, os sistemas de trabalho deveriam receber uma crítica mais profunda, como certas imprecisões conceituais e terminológicas serem evitadas. Não chega a mostrar a evolução — se que ela se deu — da estrutura fundiária da região estudada, bem como também lhe parece insuficiente a análise de uma propriedade apenas, da maneira que foi feita, como amostragem que reflita situações genéricas da “frente pioneira”.

*

Da Profa. *Célia Freire D'Aquino Fonseca* (IFCS-UFRJ. Rio de Janeiro. Gaunabara).

Declara que apesar de não ter tido tempo de ler a Comunicação do Autor, assistiu a sua exposição, que lhe sugeriu as seguintes perguntas:

1). — Não está inteiramente de acôrdo em que o Império foi o responsável pela transformação da estrutura colonial — aliás, tôda a obra de Caio Prado Júnior, a quem o Autor citou, mostra isso. Realmente, como escreve o Autor:

“A libertação dos escravos não resolveu totalmente o problema”.

Na Comunicação que trouxe a êste Simpósio acredita ter chamado a atenção para a importância da manutenção dos latifúndios que, não tendo sido pelo menos limitados, permitiu aos proprietários de terra impor as condições, em geral sub-humanas e responsáveis pela sub-alimentação da nossa população. A chave foi, pois, a conservação dos latifúndios, o que esvaziava em grande proporção a abolição, pròpriamente, quando, aliás, o braço servil não tinha mais significação (restava número insuficiente de escravos, sobretudo face à expansão acelerada da produção cafeeira).

2). — Quanto à contribuição do trabalho dos nordestinos, na última fase da escravidão (e do Império, tão sistematicamente ligado a ela) mostram as tábuas de população por província (que também anotou na sua Comunicação ao Simpósio) e o valioso estudo de Giorgio

Mortara, grande especialista em questões de demografia, que entre 1872 e 1890, a contribuição do imigrante foi mínima, apenas de 10%, enquanto a população brasileira livre crescia em 40%, aproximadamente. Dessa população veio a substituição básica do braço escravo, a maioria que constituiu a população sem bens a que se referiu. Não das províncias ricas do Nordeste (Pernambuco e Bahia) até 1867 como mostram as estatísticas (antes dessa época as estatísticas permitem apontar para o Maranhão, Goiás, Ceará, Alagoas, etc.) mas, após 1864 (temos o 1.º Recenseamento Geral de 1872, a que se segue o de 1890) também de Pernambuco e da Bahia, quando a exportação de açúcar, que contribuía com 24 e 21% da exportação brasileira cai a 11% e depois a 9% (quadros que transcreve em sua Comunicação sobre a escravidão). Nessa ocasião, o número de escravos em Pernambuco, por exemplo, que triplicara entre 1823 e 1865, cai em 2/3 e volta a ser pouco menor do número de 1823. Nessa ocasião, também, daí deviam vir os escravos para as províncias cafeeiras.

*

Do Prof. *Roberto Machado de Carvalho* (FFCL-Itu. São Paulo).

Diz que no capítulo “Imigração Estrangeira”, quando se refere às transformações sociais e políticas da Europa em fins do século XVIII e suas repercussões no Brasil, o Autor deixa dúvidas quanto ao “momento” dessas “repercussões” e sobretudo, em que “áreas” as estruturas tradicionais são atingidas.

No mesmo capítulo, quando, isto é, na época em que o Autor coloca as origens da “burguesia industrial”. Além disso, poderia melhor esclarecer as relações desta com a chamada “classe dominante”. Acredita que o Autor refere-se à aristocracia agrária. A união das duas classes, possibilitou que processo de independência?

Parece-lhe, também que o Autor ao se referir às “transformações” sofridas pela abolição do trabalho escravo, considera-as profundas? Depois dá a impressão que elas foram apenas no referente à imigração estrangeira. Poderia apontar outros tipos de transformação, mais ligadas ao escravo como ser humano, já que o trabalho refere-se ao trabalho escravo. Parece-lhe que o Autor preocupou-se apenas com o imigrante.

*

Do Prof. *José Alves de Figueiredo Filho* (FFCL-Crato. Ceará).

Declara que em 1928 esteve em Itararé. Lá encontrou uma grande colônia de cearenses. Os paulistas os chamavam de baianos. Acre-

dita que esse termo venha da imigração nordestina proceder, em princípio, pela via do rio São Francisco, vinda tôda pelo caminho natural da Bahia, antes das viagens pela estrada de ferro. Certo desprezo que o paulista possuía pelo homem do Nordeste tinha origem no fato de que no começo de nossa História todos terem se colocado ao lado dos emboabas, contra os bandeirantes de São Paulo.

* *
*

RESPOSTAS DO PROFESSOR CORCINO MEDEIROS DOS SANTOS.

Diz que antes de começar a atender as intervenções, cumpria-lhe esclarecer que o objetivo principal da sua modesta e despretensiosa comunicação foi chamar a atenção para um tipo de documentação que está inexplorada. Usando-a, bem ou mal, teve em vista, repete, chamar a atenção para a sua existência. São as cadernetas de trabalho. Elas poderão fornecer os elementos para o estudo das relações de trabalho. Com isto, queria deixar aos Simposiastas a responsabilidade da realização dessa tarefa que não é de ninguém, mas de todos. O importante é fazer e ter a coragem de se expor às críticas. E' preferível errar fazendo do que errar por não fazer. Todo o trabalho por melhor que seja, pode ser passível de críticas, dependendo da posição em que se colocar o leitor. Existem dois tipos de críticas, a destrutiva e a construtiva. Felizmente, tôdas as objeções e observações feitas à sua comunicação, são construtivas e as recebia como uma oportunidade a mais para aprender.

Ainda antes de entrar no assunto, queria agradecer de modo especial às pessoas que fizeram intervenções. Elas vieram dar à sua comunicação, uma dimensão e importância que ela não possuía. Desse modo, considerava em grande parte seus objetivos alcançados.

*

Ao Prof. *Diores Santos Abreu.*

Respondia esta intervenção em primeiro lugar por ser a mais simples e concisa. O papel das companhias de loteamento e comércio de terras foi importante. Elas adquiriam as grandes glebas e as dividiam em médias e pequenas propriedades. Faziam a propaganda nas zonas velhas do Estado de São Paulo, nos outros Estados e até no exterior. Nesta altura, quando não eram companhias estrangei-

ras, se entrosavam com o Departamento de Imigração e Colonização. Para não delongar muito, cita apenas algumas das que tiveram destacado papel na colonização e povoamento da Alta Paulista. São elas: Companhia de Agricultura e Colonização (C.A.I.C.), Companhia Industrial e Comércio de Materiais Agrícolas (C.I.C.M.A.), que foram precedidas por uma estrangeira, a *Boston Cattle Company Limited*, sediada em Montreal, no Canadá, além das Souza Leão & Rocha e Lélío Piza & Irmãos.

*

Aos Profs. *Olga Pantaleão* e *José Roberto do Amaral Lapa*.

Passa a responder conjuntamente porque de um modo geral os dois professores fizeram as mesmas críticas.

a). — *objeções de ordem metodológicas: delimitação geográfica, cronológica e definição de frente pioneira.*

Antes de mais nada devia dizer que elas são procedentes e as aceitava.

Era seu plano restringir suas observações ao período de 1940 a 1955 e no que diz respeito à delimitação geográfica, tomar — depois de uma série de considerações de ordem gerais — a duas propriedades, uma na Alta Paulista e outra na Alta Sorocabana.

No momento de elaboração do trabalho, entretanto, não respeitou os planos traçados. Daí decorre a seguinte objeção: definição de frente pioneira. Leo H. Waibel a define num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização (1). Pierre Monbeig não se preocupa com a colocação de um item “Definição de Frente Pioneira”, como o faz Waibel, mas estuda-a no seu complexo sócio-econômico (2).

De acôrdo com as palavras da profa. Olga Pantaleão, talvez fôsse preferível denominar o período que estudou, de transição entre o passado pioneiro e o presente civilizado.

A verdade é que muitos dos elementos característicos das frentes pioneiras, analisados por Monbeig e Waibel estão ainda presentes no período de 1940 a 1955 e persistem ainda além dessa data. Daí a sua dificuldade em fazer delimitação cronológica.

(1). — Waibel (Leo H.), *As Zonas Pioneiras do Brasil*, in “Revista Brasileira de Geografia”, ano XVII, 1955, nº 4.

(2). — Monbeig (Pierre), *Pionniers et planteurs de São Paulo*.

b). — *objeções às afirmações das flos. 3 e 7.*

Na fl. 3, cometeu um engano, a expressão deveria ser *transformação do mercantilismo em liberalismo*. Quanto às objeções da fl. 7, referentes a super-produção e expansão dos cafêzais, apenas acrescenta mais alguns elementos e deixa as conclusões por conta do leitor.

Há uma crise de super-produção em 1895. De 1895 a 1906, há uma onda de protestos e reclamações. Vem então o Convênio de Taubaté que afasta os receios das finanças internacionais. De 1910 a 1914, ocorre a segunda valorização, mas vem a seguir a crise resultante da primeira Guerra Mundial. Em 1920, ocorre nova crise seguida de nova valorização que por sua vez estimula novas plantações que redundarão na colossal safra de 1928.. Em consequência a economia brasileira que tinha na cafeicultura a sua principal base se vê às voltas com a famosa crise de 1929.

A Alta Paulista sofreu apenas os efeitos da crise de 1929-1930. Ainda assim no ano de 1920 foram plantados na região de Marília, 20 milhões de pés de café (3). No ano seguinte a 1930 é que a crise foi sentida realmente, determinando uma rápida estagnação econômica da qual saiu com o cultivo do algodão que alcançou altos preços.

As intervenções do Estado na economia cafeeira produziram resultados mais ou menos auspiciosos até 1920. Apesar das crises de se amiudam, afirma Sérgio Millet,

“o café nas zonas novas continua a ser o melhor negócio do Brasil” (4).

c). — *outra objeção se prende ao uso da vara na colheita do café.*

O colono derriçava com as mãos os frutos do cafeeiro até onde sua estatura permitia alcançar. Para derriçar os que estavam nos galhos altos usavam varas. O sistema não maltratava muito a planta, porque êste trabalho se processava quando os frutos já estavam sêcos e por isso caíam com os primeiros golpes. O uso da escada para que a derriça fôsse totalmente manual é recente e exigida para as colheitas de cafês finos, que não são comuns na região.

d). — *o por quê de figurar numa caderneta de trabalho a obrigatoriedade de roçar o pasto e noutra não, talvez se deva ao fato de um colono possuir animais no pasto e outro não.*

*

(3). — Leão (Luiz de Souza), *A Fundação de Tupã, Tupã, 1968.*

(4). — Millet (Sérgio), *Roteiro do Café*. Bipa Editôra. São Paulo, 1946.

À Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca*.

Não pediu, mas deu esclarecimentos. Ficava-lhe muito grato pela contribuição que lhe trouxe, pois representa um maior enriquecimento à sua comunicação.



Ao Prof. *Roberto Machado de Carvalho*.

O que fêz foram generalizações para mostrar que o Brasil faz parte de um todo e que a conjuntura brasileira se explica em grande parte pela conjuntura internacional. Determinar em que momento as transformações sociais e políticas da Europa tiveram repercussão no Brasil, não é fácil. Trata-se de um processo que, segundo Arnold Toynbee, teve suas origens entre 1750 e 1760, com o que, imprópria-mente, se chamou de Revolução Industrial, e teria como limite o ano de 1820 (5) e recomeçaria com o que Friedmann chama de segunda Revolução Industrial (6).

As áreas em que as estruturas tradicionais foram atingidas são: a economia com o seu sistema de produção e distribuição; a sociedade com a aceitação de outros costumes e padrões; a política, com a adoção de novas idéias ou ideologias.

Desde o momento em que a colônia tornou-se mais importante como consumidora do que como produtora, está feita a aliança. Isto ocorreu exatamente na segunda metade do século XVIII em consequência da mineração. A abolição do trabalho escravo não provocou transformações profundas. Na fl. 4, baseado nas afirmações de Caio Prado Júnior, escreveu:

“Até há bem pouco tempo continuava a vigorar em algumas regiões certas relações de trabalho que o estudioso do desenvolvimento capitalista teria dificuldade em classificar como formas puras de trabalho assalariado”.

Com isto queria dizer em outras palavras que continuava a vigorar formas de trabalho bem próximas da escravidão. A servidão ou semi-servidão, com o agregado, o lavrador de partido e o pagamento do salário em gêneros.

(5). — Veja-se Toynbee (Arnold), *Lectures on the industrial revolution of the Eighteenth Century in England*. Popular address, Notes and other fragments. Londres, 1884.

(6). — Veja-se Friedmann (Georges), *La crise du progrès*. Paris, 1936.

Finalmente perguntou-se qual a situação do antigo escravo em certas áreas pioneiras, após a abolição. Não tem resposta; acredita ser um interessante tema à espera de uma pesquisa sócio-histórico. O que pode afirmar é que na Alta Paulista não constatou a presença de ex-escravos.

*

Ao Prof. *José Alves de Figueiredo Filho*.

Na primeira parte de sua intervenção há duas afirmações com as quais concorda plenamente. Uma diz respeito à presença de uma colônia de cearenses em Itararé e a outra diz respeito à provável origem da denominação de baianos aplicada a todos os os nordestinos.

Na última parte o Professor fala de certo desprezo que o paulista possuía pelo homem do Nordeste e o filia à guerra dos emboabas. Realmente esse desprezo existia e ainda existe, manifestado em certas afirmações residuais. Como por exemplo: quando alguém executa determinada tarefa mal, diz-se: “isto é serviço de baiano”, “você fez baianada”. Nos centros urbanos, existia certa resistência para dar boas colocações a nordestinos, com a justificativa de que o “nortista” — outra variante depreciativa do termo “baiano” — é mau, valente e propenso à prática do crime.

Muitos “nortistas”, têm vencido em São Paulo em todos os setores, mas não é por isto que se deve negar a existência dessas manifestações depreciativas. Não tem elementos para filiá-las à guerra dos emboabas. Parece-lhe um interessante assunto a ser pesquisado.